

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



PENSAMENTOS  
**TRÁCIOS**

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA GOMES (ORG.)  
RIO DE JANEIRO  
2026

# SUMÁRIO

|                                                                                                                                                 |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>O MEDITERRÂNEO ANTIGO VISTO DO NORTE.....</b>                                                                                                | <b>10</b> |
| <b>RESUMO .....</b>                                                                                                                             | <b>11</b> |
| <b>ABSTRACT.....</b>                                                                                                                            | <b>12</b> |
| 1. O peso de Atenas.....                                                                                                                        | 13        |
| 2. O que o território revela e o que os textos pressupõem .....                                                                                 | 18        |
| 3. Categorias étnicas em transformação.....                                                                                                     | 21        |
| 4. Estruturas políticas e relações transfronteiriças.....                                                                                       | 24        |
| 5. Circulação e seus custos.....                                                                                                                | 27        |
| 6. Rumo a uma história policêntrica .....                                                                                                       | 31        |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                                         | <b>34</b> |
| <b>A NUMISMÁTICA DE HÍPIAS E O DOMÍNIO PISISTRATIDA<br/>NO MEDITERRÂNEO ORIENTAL .....</b>                                                      | <b>39</b> |
| <b>RESUMO .....</b>                                                                                                                             | <b>40</b> |
| <b>ABSTRACT.....</b>                                                                                                                            | <b>40</b> |
| A guisa de conclusão.....                                                                                                                       | 55        |
| Ficha de Catalogação e Análise Sintagmática .....                                                                                               | 57        |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                                         | <b>59</b> |
| <b>TRÁCIA EGEIA: CONECTIVIDADE, PAISAGENS<br/>RELIGIOSAS E MATERIALIDADES NAS PERÁIAI DE TASOS<br/>E SAMOTRÁCIA (SÉCULOS VIII-V A.C.) .....</b> | <b>62</b> |
| <b>RESUMO .....</b>                                                                                                                             | <b>63</b> |

|                                                                                  |            |
|----------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>ABSTRACT.....</b>                                                             | <b>64</b>  |
| 1. A Trácia entre o global e o local.....                                        | 65         |
| 2. Trácia Egeia, insularidade e paisagem .....                                   | 68         |
| 3. As peraíai de Tasos e Samotrácia.....                                         | 70         |
| 3.1 Tasos: assentamentos, cultos e negociações locais .....                      | 71         |
| 3.2 Samotrácia, Zone e Drys/Petrota .....                                        | 75         |
| 4. Religião vivida, paisagens religiosas e materialidade.....                    | 78         |
| 5. O PROGlocal, patrimônio e diálogo com o presente.....                         | 80         |
| Considerações finais.....                                                        | 82         |
| Agradecimentos .....                                                             | 84         |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                          | <b>85</b>  |
| <b>CÍTARA DE TÂMIRIS - DE ATRIBUTO MITOLÓGICO A<br/>MACADOR IDENTITÁRIO.....</b> | <b>89</b>  |
| <b>RESUMO.....</b>                                                               | <b>90</b>  |
| <b>ABSTRACT.....</b>                                                             | <b>91</b>  |
| Introdução .....                                                                 | 92         |
| O instrumento.....                                                               | 95         |
| A Música como instrumento social e político.....                                 | 102        |
| Conclusão.....                                                                   | 103        |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                          | <b>105</b> |

|                                                                                                                                             |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>CORPO, MITO E IDENTIDADE: TATUAGENS E ESTIGMAS<br/>NAS REPRESENTAÇÕES DE MULHERES TRÁCIAS NA<br/>CERÂMICA GREGA DO SÉCULO V A.C.....</b> | <b>106</b> |
| <b>RESUMO .....</b>                                                                                                                         | <b>107</b> |
| <b>ABSTRACT .....</b>                                                                                                                       | <b>108</b> |
| <b>Introdução .....</b>                                                                                                                     | <b>109</b> |
| Ornamentações Corporais ou Marcações Punitivas do Corpo<br>das Mulheres da Trácia .....                                                     | 109        |
| As Bacantes Dionisíacas Trácias: A Imagem das Mulheres<br>Trácias sob Perspectiva dos Gregos antigos .....                                  | 115        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                                           | <b>119</b> |
| <b>DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL .....</b>                                                                                                           | <b>120</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                                     | <b>121</b> |
| <b>SOBRE OS AUTORES.....</b>                                                                                                                | <b>123</b> |

# **O MEDITERRÂNEO ANTIGO VISTO DO NORTE**

**VOJISLAV SARAKINSKI**

**UNIVERSIDADE SS. CIRILO E METÓDIO**

**SKOPJE, MACEDÔNIA DO NORTE**

## RESUMO

Este artigo examina o Mediterrâneo antigo a partir da perspectiva do norte do Egeu, da Trácia e da Macedônia, questionando abordagens que tomam Atenas e a pólis como parâmetros implícitos para a história grega. Em vez de substituir um centro por outro, propõe uma análise policêntrica, atenta às mudanças de escala geográfica, às rotas de circulação, às instituições políticas e às relações assimétricas de poder. A discussão aborda a *peraia* de Tasos, as estruturas políticas macedônias e odrísias, as classificações controversas das identidades gregas e não gregas e a dimensão pública de relações que atravessavam fronteiras políticas. Examina também de que maneira a documentação literária e arqueológica, as práticas religiosas e os dados fornecidos pela paisagem preservam diferentes formas de atividade e exigem métodos distintos de interpretação. Dá-se especial atenção aos riscos de tratar a conectividade como um processo neutro ou de projetar categorias étnicas e políticas estáveis sobre períodos e contextos diversos. Visto a partir do norte, o Mediterrâneo se apresenta como um espaço historicamente variável, no qual a posição de comunidades e instituições dependia das rotas, das relações políticas e das formas de poder que as articulavam.

**Palavras-chave:** norte do Egeu; Trácia; Macedônia; Atenas; conectividade mediterrânea; pólis; etnicidade; história policêntrica

# ABSTRACT

This article examines the ancient Mediterranean from the perspective of the northern Aegean, Thrace, and Macedonia, questioning approaches that treat Athens and the polis as implicit standards for Greek history. Rather than replacing one centre with another, it argues for a polycentric analysis attentive to changing geographical scales, routes of movement, political institutions, and unequal relations of power. The discussion considers the Thasian *peraia*, Macedonian and Odrysian political structures, contested classifications of Greek and non-Greek identities, and the public force of relationships that crossed political boundaries. It also examines how literary, archaeological, religious, and landscape evidence preserve different forms of activity and require different methods of interpretation. Particular attention is given to the dangers of treating connectivity as a neutral process or of projecting stable ethnic and political categories across different periods and contexts. Viewed from the north, the Mediterranean emerges as a historically variable space in which the position of communities and institutions depended on the routes, political relationships, and forms of power that connected them.

**Keywords:** Northern Aegean; Thrace; Macedonia; Athens; Mediterranean connectivity; polis; ethnicity; polycentric history

# 1. O PESO DE ATENAS

O norte do Egeu, a Trácia e a Macedônia são frequentemente relegados às margens de uma história cujo centro se situa mais ao sul, entrando em cena apenas quando os acontecimentos os trazem à tona. Essas regiões, porém, não eram isoladas nem historicamente secundárias. Embora diferissem profundamente entre si, seus habitantes participaram reiteradamente de processos que moldaram o mundo grego em sentido mais amplo. Essa participação dependia, em grande medida, da circulação – ao longo da costa, pelos vales fluviais e pelas rotas do interior entre assentamentos e áreas ricas em recursos e através de fronteiras políticas. Essa circulação jamais foi uma simples questão de geografia. Governantes procuravam assegurar rotas e recursos por meio de alianças, tributos ou controle político, enquanto diferentes comunidades reivindicavam, muitas vezes de forma concorrente, terras e assentamentos.<sup>1</sup> Laços de parentesco e vínculos de culto podiam prolongar essas relações para além das fronteiras políticas formais e conferir-lhes uma durabilidade que os acordos militares ou diplomáticos, por si sós, não possuíam.

Nada disso constituía uma cultura setentrional única, muito menos uma zona contínua de contatos harmoniosos. As comunidades costeiras e as do interior relacionavam-se de maneiras distintas: trocavam bens e recursos, competiam ou guerreavam entre si e podiam também tornar-se política ou economicamente dependentes de vizinhos mais poderosos. Suas posições nessas relações eram, por-

---

<sup>1</sup> O baixo Estrimão oferece um exemplo particularmente claro. Tucídides relaciona a revolta de Tasos a disputas em torno de entrepostos comerciais e de uma mina na costa trácia situada em frente à ilha, ao passo que a tentativa ateniense de instalar colonos em Ennea Hodoi encontrou violenta resistência dos edônios (Thuc. 1.100.2–3). A posterior fundação de Anfípolis assegurou uma posição estrategicamente importante no Estrimão; sua perda, em 424 a.C., alarmou Atenas tanto pelas receitas e pela madeira destinada à construção naval que a cidade fornecia quanto porque o domínio da travessia do rio dava acesso às regiões situadas além do Estrimão (Thuc. 4.102.2–3, 4.108.1).

tanto, muito desiguais. A documentação preservada também é bastante irregular. As fontes escritas registram com maior facilidade certas formas de atividade, enquanto outras se tornam visíveis sobretudo por meio dos vestígios materiais e dos padrões de ocupação. Isso é particularmente importante, pois aquilo de que a documentação preservada oferece poucos testemunhos pode facilmente tornar-se marginal nas reconstruções históricas elaboradas a partir dela; ocupar uma posição marginal na narrativa não deve ser confundido com ter pouca importância histórica (Tsiafaki, 2020, p. 409–414, 418–428; Archibald, 2002, p. 212–233). Atenas, por sua vez, continua necessariamente a integrar essa história, sem que por isso deva ser tomada como equivalente à Grécia em seu conjunto (Francisco; Morales, 2016, p. 69, 73–77).

Examinar a história grega a partir do norte exige analisar a documentação em diferentes escalas geográficas e temporais, em vez de simplesmente substituir Atenas por outro centro. As histórias locais precisam ser articuladas às relações que ligavam as comunidades egeias ao interior balcânico e, por via marítima, a regiões situadas para além do próprio Egeu. A ênfase de Horden e Purcell nas microrregiões é útil precisamente porque chama a atenção para relações que desaparecem quando a história é escrita dentro dos limites de cada pólis.<sup>2</sup> A conexão, por si só, contudo, explica muito pouco. O que importa é saber quem ou o que circulava, por quais rotas, em que condições institucionais e com quais consequências (Horden; Purcell, 2000, p. 1–5, 9–13, 45–46, 53–56).

---

<sup>2</sup> Tasos oferece um bom exemplo desse tipo de perspectiva microrregional. Embora seu centro político se encontrasse na ilha, a atuação tásia estendia-se através do estreito até o continente trácio, onde a cidade possuía entrepostos comerciais, territórios e acesso a recursos minerais. Heródoto menciona as consideráveis receitas que os tásios obtinham do continente e de suas minas (Hdt. 6.46), enquanto Tucídides aponta as disputas em torno dos empórios e das minas do continente como uma das causas da revolta de Tasos contra Atenas (Thuc. 1.100.2; cf. 1.101.3). Se considerada apenas dentro dos limites da pólis insular, boa parte dessa geografia econômica e política desapareceria.

O Mediterrâneo oferece uma escala de análise particularmente fecunda para acompanhar essas relações, mas não deve ser tomado como uma unidade histórica natural ou fechada em si mesma. A história do Mediterrâneo esteve ligada à do mar Negro, da Anatólia, do interior balcânico e de outras regiões vizinhas; por isso, seus limites variam conforme o problema investigado (Guarinello, 2022, p. 4–10). Alternar entre escalas locais, regionais e mais amplas permite recuperar conexões obscurecidas por narrativas centradas na pólis, mas também pode apagar diferenças importantes quando a conectividade é tomada, por si só, como explicação. As instituições continuavam distintas, o poder distribuía-se de maneira desigual, e os processos políticos, econômicos e sociais não se desenvolviam necessariamente no mesmo ritmo (Vlassopoulos, 2007, p. 1–10, 13–14; Morales; Silva, 2020, p. 126–142).

Classificar a Trácia e a Macedônia como marginais, portanto, já pressupõe uma interpretação histórica que precisa ser justificada. A posição dessas regiões no mundo antigo jamais foi fixa: transformava-se à medida que certas rotas ganhavam ou perdiam importância, que as relações políticas se alteravam e que diferentes comunidades entravam em contato sob circunstâncias diversas. Mais persistente revelou-se um hábito moderno de escrever a história segundo o qual Atenas – e, com ela, a pólis – se tornou o parâmetro tácito pelo qual eram avaliadas outras formas de vida política. O inventário de Copenhague mostra, ao mesmo tempo, o alcance e os limites dessa abordagem. Ao identificar póleis muito além do pequeno grupo de cidades célebres, corrigiu uma importante distorção da documentação; contudo, a simples ampliação do número de póleis conhecidas não bastou para retirar da pólis sua condição de principal parâmetro do desenvolvimento político (Hansen; Nielsen, 2004, p. 3–15, 23–38). A dificuldade não reside apenas no que as historiografias anteriores deixaram de fora, mas também na maneira como interpretaram aquilo que incluíram. Se a pólis permanece como norma, comunidades organizadas em *ethne* ou integradas a hierarquias régias podem

ser facilmente interpretadas como estágios anteriores ou menos desenvolvidos da vida política, embora essas formas tenham coexistido (Brock; Hodkinson, 2002, p. 1–31; Archibald, 2002, p. 212–233). Modelos oitocentistas da cidade antiga, reforçados por divisões disciplinares modernas que separaram regiões outrora estreitamente interligadas, contribuíram para consolidar esse modo de pensar (Moerbeck, 2019, p. 3–5, 8–9, 29–31; Morales; Silva, 2020, p. 126–142).<sup>3</sup> Nada disso, evidentemente, diminui a excepcional riqueza da documentação ateniense. Atenas é excepcionalmente bem documentada porque as fontes preservam aspectos de sua vida cívica com extraordinário grau de detalhe. O risco está em supor que, por serem excepcionalmente bem documentadas, as instituições e categorias atenienses possam ser tomadas como modelos neutros ou universalmente aplicáveis ao mundo grego em seu conjunto (Francisco; Morales, 2016, p. 69, 72–77).

Mesmo aquilo que chamamos de “corpus documental ateniense” é menos simples do que a expressão pode sugerir. A tragédia, por exemplo, elaborou a oposição entre gregos e bárbaros em um contexto especificamente ateniense e para um público ateniense; ela nos informa, antes de tudo, sobre a maneira como os atenienses classificavam os outros, e não sobre como trácios ou macedônios compreendiam a si próprios (Hall, 1989, p. ix–xii, 1–17). Heródoto constitui um caso diferente. Heródoto nasceu em Halicarnasso, e sua formação intelectual inscreve-se no mundo jônico e, de maneira mais ampla, no universo grego oriental; a forte associação de sua obra

---

<sup>3</sup> *La Cité antique* (1864), de Fustel de Coulanges, constitui um exemplo particularmente influente: o desenvolvimento cívico grego e romano foi reconstruído, em grande medida, como uma história da cidade antiga gerada a partir de sua própria dinâmica interna, favorecendo uma concepção da pólis como forma política e religiosa autônoma, em vez de uma instituição inserida em redes mais amplas de interação (Moerbeck, 2019, p. 3–5, 8–9, 29–31). Uma separação comparável persistiu no âmbito da historiografia moderna, na qual regiões como a Trácia puderam permanecer periféricas aos estudos clássicos predominantes e ser tratadas sobretudo no interior de tradições regionais especializadas, apesar de sua contínua interação política, econômica e cultural com o mundo egeu (Valeva; Nankov; Graninger, 2015, p. ix–x).

com Atenas só se consolidou numa etapa posterior de sua circulação e recepção. Tratá-lo simplesmente como um autor “ateniense” implica, portanto, o risco de retroprojetar essa associação posterior sobre as circunstâncias em que se desenvolveram seus interesses históricos e etnográficos (Thomas, 2000, p. 1–27). O horizonte das próprias *Histórias* ultrapassa em muito o universo político e cultural de Atenas. Povos e lugares não são apenas descritos à medida que surgem na narrativa: são ordenados, comparados, contrapostos e situados em uma geografia mais ampla da diferença. A etnografia de Heródoto, assim, não apenas preserva informações sobre outras sociedades, mas também revela de que maneira essas sociedades eram tornadas inteligíveis para um público grego por meio da própria estrutura da narrativa (Hartog, 1988, p. xxiii–xxv, 212–259, 310–321).

A influência que esses textos e categorias de classificação vieram posteriormente a exercer tem uma história própria, e essa história não foi nem uniforme nem simplesmente “europeia”. A recepção britânica de Heródoto oferece um exemplo particularmente claro. No século XIX, leitores como Rawlinson deparavam-se com a oposição entre gregos e bárbaros e com a democracia ateniense em um mundo marcado pela política imperial e pela educação clássica. Hering mostra como os leitores britânicos do século XIX o interpretaram à luz do universo político e educacional em que eles próprios viviam (Hering, 2004, p. 176–183, 191–199). Nesse contexto, o contraste entre gregos e bárbaros podia adquirir sentidos que ultrapassavam em muito o próprio texto de Heródoto, ao passo que Atenas podia ser tomada como expressão de um determinado modelo de desenvolvimento político. Essas leituras não eram inevitáveis nem universais: pertenciam a um contexto histórico específico e não devem ser generalizadas para a produção acadêmica europeia em seu conjunto. Ainda assim, a preeminência posteriormente atribuída a Atenas foi produzida por atos específicos de interpretação, e não simplesmente herdada, sem alterações, da Antiguidade.

## 2. O QUE O TERRITÓRIO REVELA E O QUE OS TEXTOS PRESSUPÕEM

Quando Atenas e a pólis deixam de determinar a escala da investigação, o norte do Egeu adquire contornos bastante diferentes. A *peraia* tásia<sup>4</sup> torna isso especialmente evidente. Os interesses de Tasos estendiam-se da ilha ao continente e alcançavam o interior pelos vales do Estrimão e do Nestos; assim, aquilo que em um mapa poderia parecer uma simples oposição entre litoral e interior constituía, na prática, uma paisagem atravessada por rotas utilizadas, reivindicadas e disputadas por diferentes comunidades (Tsiafaki, 2020, p. 409–414, 420–428; Hora, 2022, p. 4–5, 8–13). Os selos de ânforas acrescentam outra dimensão ao quadro, pois seus contextos arqueológicos permitem entrever não apenas a circulação, mas também as instituições que regulavam a produção e o trânsito desses bens (Porto; Hora, 2016, p. 173–175, 183–186; Hora, 2019b, p. 151–164). E essas conexões não se limitavam às áreas submetidas à autoridade tásia: os mesmos corredores conduziam a assentamentos e recursos nos quais os governantes odrísios também tinham interesses, o que mostra que a participação em uma região interligada jamais implicava o controle por um único centro (Archibald, 1998, p. 3–6, 111–120).<sup>5</sup> Desse modo, a condição de centro ou periferia dependia da relação específica em questão –

---

<sup>4</sup> *Peraia* designa as possessões tásias e as áreas de atuação de Tasos no continente trácio situado em frente à ilha. Elas incluíam assentamentos, interesses comerciais, territórios e acesso a recursos minerais, e não devem ser entendidas simplesmente como um interior indiferenciado dependente da ilha.

<sup>5</sup> De modo semelhante, cf. as possessões continentais de outras ilhas do Egeu. Heródoto menciona as fortalezas samotrácias na costa da Trácia imediatamente antes de se referir ao assentamento tásio de Estrime (Hdt. 7.108.2). Mitilene também controlava cidades no litoral anatólio fronteiro, que passaram ao domínio de Atenas após a repressão da revolta mitilenense; Antandro tornou-se posteriormente um novo foco de disputa (Thuc. 3.50.3; 4.52.3). Esses casos mostram que os interesses insulares, costeiros e continentais se sobrepunham com frequência, sem que disso resultasse um único e estável centro de controle.

da rota, das instituições que a regulavam e das circunstâncias políticas do momento.

Isso também modifica a maneira como interrogamos as fontes literárias produzidas no sul. Em vez de tomar as descrições de trácios ou macedônios como afirmações sobre aquilo que esses povos simplesmente “eram”, podemos perguntar por que determinado autor optou por assinalar sua diferença em um contexto específico. A resposta podia variar consideravelmente de um texto para outro, como mostra de maneira particularmente clara o tratamento contrastante dado a Filipe II.

Com efeito, Filipe II mostra de maneira particularmente clara como as representações da identidade macedônia podiam depender das contingências políticas. Demóstenes e Isócrates escreviam sobre o mesmo rei macedônio, mas tinham razões muito distintas para representá-lo como o fizeram. Demóstenes reforçava sua defesa da soberania ateniense ao apresentar Filipe como um inimigo estrangeiro; Isócrates, por sua vez, precisava apresentar um rei cuja autoridade pudesse ser conciliada com sua própria concepção da hegemonia grega. Assim, juízos que à primeira vista parecem de natureza étnica eram, na verdade, moldados por projetos políticos concorrentes, e não por uma concepção grega compartilhada acerca de quem eram os macedônios (André, 2013, p. 117–120, 127–132; Felisbino, 2017, p. 73–79, 84–87).

Os vestígios materiais obrigam, por sua vez, a formular a questão em outros termos. Em vez de perguntar que identidade étnica determinado vaso representa, podemos partir de questões mais concretas: quem o produziu, de que maneira foi produzido e como foi utilizado. A cerâmica tásia de figuras negras é particularmente elucidativa justamente porque não se enquadra com facilidade em uma narrativa simples de difusão cultural a partir de um centro metropolitano. As formas orientais não eram meramente copiadas. As oficinas locais selecionavam determinados elementos, reelaboravam-nos e pro-

duziam vasos cujos contextos arqueológicos apontam para processos de adaptação, e não para uma imitação passiva (Hora, 2019a, p. 11–13, 22–25; Hora, 2018, p. 228–233). Naturalmente, a documentação arqueológica também tem limites próprios e não deve ser tratada como um registro do passado mais direto do que os testemunhos literários. O que sobrevive depende, em primeiro lugar, daquilo que as comunidades antigas decidiram usar, conservar, descartar ou depositar e, em seguida, do que as escavações modernas recuperaram e publicaram. Sua contribuição é de outra ordem: os vestígios materiais podem revelar práticas e padrões que as fontes escritas registram apenas parcialmente e, por vezes, sugerir um quadro inteiramente diferente. Por essa razão, a tentativa de Theml de articular documentação histórica e arqueológica ainda se mostra proveitosa, ainda que não seja necessário adotar aqui o modelo evolutivo e o esquema centro–periferia empregados pela autora (Theml, 1997, p. 301–302).

É o contexto arqueológico que torna esse diálogo analiticamente produtivo. Um selo de ânfora considerado apenas como tipo ou registro de catálogo nos diz algo bastante diferente do que o mesmo objeto considerado em associação com os demais achados e em seu contexto de descoberta; quando esse contexto é levado devidamente em conta, a análise pode ir além da circulação de um determinado tipo formal e voltar-se para as instituições que moldavam sua produção, circulação e uso (Hora, 2023, p. 173–175, 184–187; Hora, 2018, p. 228–233; Porto; Hora, 2016, p. 173–175, 183–186). Quando as classificações literárias e os padrões materiais apontam em direções distintas, não se deve resolver a discrepância simplesmente privilegiando o tipo de documentação que pareça mais confiável. Essa tensão faz parte do próprio problema histórico: ainda é preciso perguntar quais agentes e práticas cada tipo de fonte torna visíveis, o que cada modalidade documental permite observar e de que maneira os processos de preservação e recuperação moldaram o registro que chegou até nós.

### 3. CATEGORIAS ÉTNICAS EM TRANSFORMAÇÃO

A controversa vinculação de Alexandre I ao mundo grego mostra como essas categorias podiam ser instáveis na prática. Sua reivindicação de pertencimento ao mundo grego dizia respeito a uma fronteira cuja própria definição era objeto de disputa, e outros podiam reconhecer, aceitar ou contestar essa pretensão; tratava-se de parte de um processo político e social por meio do qual esse pertencimento adquiria significado, e não de uma afirmação neutra de caráter demográfico (Moraes; Silva, 2016, p. 30–32, 36–40). A mesma cautela se impõe a termos como *barbaros*, cujo significado variava conforme o contexto, em vez de permanecer estável entre diferentes autores e períodos (Basile, 2013, p. 113–118, 128–132).<sup>6</sup> Categorias como *ethnos*, *Hellen*, *barbaros* e *xenos* precisam ser interpretadas à luz das circunstâncias em que eram empregadas; sua relevância histórica reside não apenas naquilo que designavam, mas também em quem as utilizava, onde, com que autoridade e com quais efeitos (Morales; Silva, 2020, p. 134–142).

O problema se torna ainda mais evidente no caso do termo “trácios”. Empregado de maneira excessivamente abrangente, ele pode criar a impressão de que povos e comunidades muito distintos compartilhavam uma cultura ou uma organização política comum simplesmente por habitarem uma região convencionalmente denominada Trácia. As comunidades da Trácia egeia não eram equivalentes às do interior, e a *peraia* tásia não pode ser simplesmente subsumida às formações políticas associadas aos reis odrísios. A própria

---

<sup>6</sup> A terminologia racial moderna coloca um problema relacionado, embora distinto. Os preconceitos da Antiguidade eram historicamente específicos e não podem ser simplesmente equiparados às doutrinas posteriores que concebiam a raça como uma condição hereditária, embora permaneça controversa a questão de até que ponto é possível identificar, nas fontes antigas, formas de pensamento que possam ser qualificadas como protorracistas (Jácome Neto, 2020, p. 21–27, 35–41).

autoridade odrísia desenvolveu-se ao longo do tempo e jamais abrangeu todos aqueles a quem as fontes gregas poderiam chamar de trácios; o termo, portanto, não pode ser empregado como designação de uma única entidade política sem argumentação adicional (Archibald, 1998, p. 3–6, 93–110, 121–125). As relações entre colonos gregos e populações locais tornam o quadro ainda mais complexo. O conflito em determinado lugar podia coexistir, em outros, com residência, intercâmbio e cooperação, de modo que nem a inserção em um mesmo espaço geográfico nem a continuidade dos contatos produziram um universo social uniforme (Graninger, 2015, p. 22–30; Damyanov, 2015, p. 295–304). A designação “trácio” pode ser mantida, desde que seu alcance seja explicitado; caso contrário, corre-se o risco de conferir uma aparência de unidade a populações cujas circunstâncias políticas e culturais variaram consideravelmente conforme o lugar e o período.

A dimensão cronológica coloca uma dificuldade semelhante quando se discute a identidade macedônia. A posição controversa de Alexandre I durante as Guerras Médicas e a descrição, muito posterior, feita por Plutarco dos macedônios como situados entre bárbaros e helenos pertencem a contextos históricos e literários profundamente distintos; não podem ser simplesmente justapostas como indícios de uma identidade que teria permanecido inalterada ao longo dos séculos (Moraes; Silva, 2016, p. 30–32, 36–40; Basile, 2015, p. 173–177, 199–203; Guggenberger, 2019, p. 74–78). A distância cronológica entre esses testemunhos suscita também a questão de por que essa fronteira foi traçada de maneiras diferentes em épocas distintas – e por que estudiosos posteriores tantas vezes procuraram reduzir essas classificações a uma classificação unívoca. A oposição entre gregos e bárbaros foi uma construção histórica, reiteradamente reelaborada, e não uma divisão permanente que os antigos simplesmente constataavam (Hall, 1989, p. ix–x, 9–17). Em suma, as afirmações acerca da identidade macedônia só adquirem sentido quando relacionadas a quem as formulou, ao público a que se destinavam e às cir-

cunstâncias que lhes conferiam eficácia; nenhuma classificação – “grega” ou “não grega” – pode ser projetada sobre todas as comunidades macedônias e todos os períodos.

A própria casa real macedônia mostra por que a vinculação ao mundo grego e a especificidade macedônia não precisam ser tratadas como mutuamente excludentes. As tradições temênidas de fundação atribuíam aos reis antepassados heroicos gregos e forneciam à dinastia uma genealogia por meio da qual ela podia apresentar e legitimar seu poder (Theml, 1995, p. 72, 74, 77–80). Essa genealogia nos diz algo importante sobre a monarquia, mas não pode ser simplesmente estendida ao conjunto da população da Macedônia. A autorrepresentação dinástica e as formas de pertencimento das comunidades macedônias devem ser examinadas em níveis distintos de análise. A maneira como um rei ou uma dinastia construía sua própria imagem não permite inferir, por si só, como uma cidade macedônia ou seus habitantes compreendiam sua posição.

## 4. ESTRUTURAS POLÍTICAS E RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS

A organização política das regiões setentrionais tampouco se deixa reduzir a um único modelo. Diferentes formas de autoridade podiam sobrepor-se, em vez de se ajustarem perfeitamente aos limites de uma única comunidade cívica: um rei podia reivindicar poder sobre uma região que reunia várias pólis sem abolir suas instituições, assim como uma pólis podia estender sua autoridade sobre uma *peraia* continental. Essa coexistência de estruturas cívicas e régias torna especialmente importantes os indícios institucionais relativos aos assentamentos macedônios; ainda assim, a documentação é incerta e variada demais para que todos os assentamentos sejam enquadrados em um mesmo esquema (Sarakinski, 2019, p. 206–214). A questão mais reveladora, portanto, diz respeito à maneira como diferentes instituições compartilhavam, dividiam ou disputavam a autoridade em um mesmo espaço político, para além da simples identificação da presença ou ausência de uma pólis.

A mesma cautela se impõe ao tratar da monarquia macedônia. A documentação não sustenta a antiga imagem de uma “monarquia tribal” primitiva, situada à margem da história política grega; abandonar esse modelo, porém, tampouco exige substituí-lo pelo de uma monarquia absoluta. O poder régio se exercia em um quadro político no qual seu alcance e sua relação com as comunidades locais podiam variar consideravelmente (Archibald, 2002, p. 212–233). A comparação com a Trácia permite perceber melhor essa diversidade, desde que não se confunda semelhança com identidade. Tanto os governantes macedônios quanto os odrísios precisavam assegurar apoios, obter recursos, negociar com comunidades locais, fazer a guerra e manter o acesso a rotas importantes, mas enfrentavam essas exigências em condições distintas e por meio de arranjos políticos diferen-

tes. No reino odrísio, a cobrança de tributos e as negociações com os assentamentos revelam um processo gradual pelo qual o controle de rotas e recursos era convertido em autoridade política, embora tanto a forma quanto a extensão dessa autoridade tenham se modificado ao longo do tempo (Archibald, 1998, p. 3–6, 93–110, 117–125). A comparação, portanto, é útil por mostrar como problemas semelhantes podiam suscitar respostas políticas distintas, sem pressupor a existência de um único modelo setentrional de monarquia.

As relações com Atenas acrescentam outra dimensão ao problema. Dádivas, amizade e até mesmo a concessão de cidadania podiam implicar expectativas distintas para as instituições atenienses e para os governantes odrísios; práticas aparentemente semelhantes de ambos os lados, portanto, não tinham necessariamente o mesmo significado para todos os envolvidos (Mitchell, 1997, p. 1–2, 22–23, 35–40, 134–147). A comparação é mais proveitosa quando permite examinar como diferentes sistemas políticos concebiam a autoridade e negociavam seu exercício, sem hierarquizá-los segundo sua maior ou menor proximidade com a pólis.

Essas relações não eram estabelecidas apenas por reis e Estados. Um soldado, um emissário ou um indivíduo ligado a outro por vínculos de hospitalidade podia atravessar uma fronteira política levando consigo obrigações que perduravam muito depois de concluída a viagem. O vocabulário de *xenos* e da hospitalidade mostra como relações que poderiam parecer estritamente pessoais adquiriam uma dimensão inequivocamente pública e política: a amizade podia vincular agentes políticos, criar obrigações e abrir canais de mediação, em vez de permanecer fora do campo da ação política (Díaz Roulier, 2019, p. 3–8, 11–12; Sáez Geoffroy, 2013, p. 163–168, 175–179).

Esses vínculos assumiam particular importância nas relações entre Atenas e a Trácia. Soldados circulavam entre o âmbito ateniense, outras comunidades gregas e o mundo persa, e suas trajetórias se cruzavam tanto com os interesses atenienses nos recursos da Trácia

quanto com negociações que envolviam governantes trácios (Tsiafaki, 2020, p. 418–421; Sears, 2015, p. 308–318). Os laços de hospitalidade adquiriam caráter político ainda mais explícito quando Atenas reforçava relações pessoais por meio da concessão de cidadania ou da celebração de alianças, e quando os reis recorriam a esses mesmos vínculos em suas práticas diplomáticas (Archibald, 1998, p. 117–125; Mitchell, 1997, p. 134–147). Quem atravessava fronteiras políticas também levava consigo relações e obrigações já existentes. E, como as partes envolvidas podiam compreender essas obrigações de maneiras diferentes, reduzi-las à simples “amizade informal” obscurece tanto sua força política quanto o risco concreto de interpretações divergentes.

## 5. CIRCULAÇÃO E SEUS CUSTOS

**E**m Tasos, as rotas descritas acima mostram que as conexões dependiam do uso e das condições de acesso, e não apenas da proximidade. A ilha, o continente e os corredores que conduziam ao interior balcânico só integravam um mesmo espaço de relações históricas na medida em que a circulação e as instituições efetivamente os articulavam – perspectiva em que o modelo de microrregiões interligadas de Horden e Purcell se mostra particularmente útil (Horden; Purcell, 2000, p. 1–5, 9–13, 45–46, 53–56; Tsiafaki, 2020, p. 409–414, 418–428; Hora, 2022, p. 4–5, 8–13). Sob esse prisma, a circulação não deve ser interpretada como indício nem de dependência cultural nem de plena autonomia; os mesmos objetos podiam integrar repertórios formais mais amplos do Egeu e, ao mesmo tempo, ser produzidos, adaptados e utilizados segundo práticas locais.

Quando se acompanha a trajetória dos bens dessa maneira, a questão do poder se torna incontornável. Quem tinha condições de colocá-los em circulação? Sob que autoridade eram marcados? Quem arcava com os custos necessários para garantir o acesso às rotas por onde transitavam? A circulação entre o litoral e o interior podia ser objeto de disputa, e a marcação das ânforas mostra que pelo menos algumas modalidades de troca estavam submetidas a regulamentação oficial: normas incidiam tanto sobre a produção quanto sobre as condições em que os recipientes entravam em circulação (Hora, 2022, p. 4–5, 8–13; Porto; Hora, 2016, p. 173–175, 183–186). O trânsito de bens era, portanto, indissociável das questões de acesso e controle. Rotas podiam ser abertas, restringidas ou disputadas, enquanto as instituições determinavam quem podia produzir e comercializar os bens que por elas transitavam. Uma história do Mediterrâneo voltada apenas para a circulação corre o risco de tratar a conectividade como um processo neutro, quando suas consequências

dependiam em grande medida de quem controlava as condições em que essa circulação se realizava.

Assim como objetos e pessoas, as práticas religiosas também se transformavam ao passar de uma comunidade a outra. O culto ateniense de Bêndis não representou a transferência integral de um sistema religioso trácio para a Ática. Os atenienses incorporaram esse culto a suas próprias instituições cívicas e sociais e, ao fazê-lo, deram-lhe necessariamente uma configuração própria (Sears, 2015, p. 315–316; Graninger, 2015, p. 25). As tradições míticas percorreram outros caminhos. A associação de Orfeu e Eumolpo à Trácia permitia que a própria origem estrangeira se convertesse em fonte de genealogia e prestígio, sem passar pela incorporação cívica de um culto (Santos, 2022, p. 51–53, 66–70; Pòrtulas, 1996, p. 57–64). Não se trata simplesmente de dois exemplos de um mesmo processo. O culto de Bêndis mostra como uma prática religiosa podia ser acolhida e reformulada no interior das instituições atenienses; já as tradições ligadas a Orfeu e Eumolpo mostram como uma origem estrangeira podia ser mobilizada no âmbito do mito e da genealogia. Nenhum desses casos nos dá acesso direto a uma “religião trácia” preservada em sua integridade, e tampouco é possível combinar essas diferentes tradições como se permitissem reconstituir um único orfismo. Conceitos como “sincretismo” podem ser úteis, desde que não apaguem essas distinções: ainda é necessário perguntar quem adotou ou modificou determinada prática, em que contexto e com quais consequências. Esses exemplos mostram também os limites de descrever relações históricas sobretudo em termos de conectividade. Dizer que pessoas, lugares ou tradições estavam ligados entre si esclarece apenas parte do problema: é preciso ainda saber que possibilidades essas relações abriam, quanto tempo perduravam e de que maneira transformavam os indivíduos ou as comunidades envolvidas. Termos como “entrelaçamento” ou “zona de fronteira” podem ser úteis para caracterizar contatos prolongados, mas não devem substituir a análise

se de como esses contatos se estruturavam na prática nem do que deles resultava.

A alternância entre perspectivas locais e mais amplas permite mostrar como as comunidades do norte do Egeu participavam de processos que ultrapassavam em muito seu entorno imediato (Hora, 2019b, p. 151–159; Morales; Silva, 2020, p. 126–142). A ampliação da escala de análise, contudo, também pode encobrir desigualdades de poder e os efeitos da dominação imperial (Moerbeek, 2024, p. 3–19). Diferentes tipos de fonte exigem, por sua vez, formas distintas de interpretação. As imagens podiam assinalar visualmente a diferença, mas seu modo de significar não era o mesmo que o de um discurso oratório, e uma representação incomum não basta, por si só, para demonstrar a existência de uma convenção mais ampla. A interpretação das representações de trácios deve, portanto, ater-se aos objetos concretos em que se apoia, sem extrapolá-los para um modelo visual geral de representação dos trácios e de outros povos do norte.

Os vestígios materiais abrem, por sua vez, outras possibilidades. Uma inscrição que registre os nomes de participantes de um culto, por exemplo, registra um ato de identificação em um contexto religioso específico e pode preservar formas de autorrepresentação que as narrativas literárias jamais chegariam a registrar (Rodrigues, 2025, p. 18–21, 369–379). Ao mesmo tempo, achados isolados não podem ser extrapolados para sustentar conclusões gerais sobre populações ou instituições: uma concentração de objetos não pode, por si só, servir de mapa para a distribuição de um grupo étnico, assim como as imagens escolhidas para a cunhagem régia não bastam para revelar como se exercia, na prática, o poder régio (Graninger, 2015, p. 25–30; Greenwalt, 2015, p. 341–343).

A análise da paisagem permite articular diferentes tipos de fonte, ao mostrar onde as atividades se desenvolviam e de que maneira determinados lugares se ligavam entre si. Pessoas deslocavam-se até santuários, comunidades disputavam o acesso a recursos mi-

nerais, e governantes procuravam utilizar ou controlar estradas e rotas fluviais, enquanto as narrativas literárias podiam mencionar esses mesmos lugares apenas de maneira seletiva e segundo seus próprios interesses. A *peraia* tásia constitui um caso particularmente propício a esse tipo de análise, pois nela ocupação, circulação e controle institucional podem ser examinados em conjunto dentro de um espaço relativamente restrito, mas internamente diferenciado (Tsiafaki, 2020, p. 409–414, 420–428; Hora, 2019b, p. 151–164; Hora, 2022, p. 2–5, 8–13; Porto; Hora, 2016, p. 173–175, 183–186).

O registro arqueológico da paisagem, contudo, é espacialmente desigual. Alguns lugares são muito mais visíveis do que outros, tanto porque a intensidade das escavações varia muito de um lugar para outro quanto porque os materiais de alguns sítios foram publicados de maneira muito mais completa do que os de outros; a documentação disponível não permite avaliar com precisão a magnitude desse desequilíbrio. Concentrações ou ausências aparentes devem, portanto, ser tratadas com cautela, pois podem refletir tanto a história das escavações e das publicações quanto diferenças na própria atividade antiga. Essa limitação é particularmente importante na reconstrução de rotas e relações regionais a partir de um registro arqueológico cuja cobertura geográfica é, ela própria, desigual.

## 6. RUMO A UMA HISTÓRIA POLICÊNTRICA

O que muda, então, quando a história grega é observada a partir do norte? Essa mudança opera em pelo menos três planos – historiográfico, prático e linguístico –, cada um dos quais orientou uma parte distinta deste capítulo. No plano historiográfico, convém separar a excepcional visibilidade de Atenas nas fontes antigas do hábito posterior de tomar a cidade como representante da Grécia em seu conjunto, ao mesmo tempo que o Mediterrâneo pode ser entendido como uma escala útil de investigação, e não como uma unidade histórica natural (Francisco; Morales, 2016, p. 69, 72–77; Guarinello, 2022, p. 4–10; Morales; Silva, 2020, p. 126–142; Moerbeck, 2024, p. 3–19). A mudança é também de ordem prática: em Tasos, a produção local e as formas de controle oficial podem ser reconstruídas acompanhando-se as rotas e instituições pelas quais os bens circulavam, em vez de avaliá-las em relação a um suposto centro cultural (Hora, 2019a, p. 11–13, 22–25; Porto; Hora, 2016, p. 173–175, 183–186). Por fim, há uma dimensão linguística: termos como *barbaros*, inimigo e *xenos* devem ser entendidos como categorias cujo sentido e força dependiam do contexto, das classificações e das obrigações envolvidas, e não como descrições fixas (Basile, 2013, p. 113–118, 128–132; Díaz Roulier, 2019, p. 3–8, 11–12; Donoso Johnson, 2018, p. 77–81, 92–95).

Considerada em conjunto, a documentação do norte mostra como essas distinções se transformaram ao longo do tempo, sem eliminar sua relevância histórica. Continuava-se a distinguir gregos de não gregos, e pólis e reinos não se tornaram formas intercambiáveis; nenhuma dessas oposições, contudo, era fixa ou absoluta, nem podia ser reduzida a um único modelo linear de desenvolvimento político. Diferentes formas políticas podiam sobrepor-se, as identidades podiam ser expressas de maneiras distintas conforme o contexto,

e o litoral e o interior eram ligados por rotas cuja importância dependia de quem as utilizava e controlava. Uma história que deixe de tomar a pólis como eixo permite perceber com maior nitidez esses padrões em transformação (Vlassopoulos, 2007, p. 1–10, 13–14).

Essa mudança de perspectiva também põe em questão a tendência de apresentar a conectividade mediterrânea como um processo essencialmente positivo. Governantes e instituições podiam restringir a circulação, interromper as trocas e distribuir de maneira profundamente desigual seus benefícios e ônus (Horden; Purcell, 2000, p. 1–5, 9–13, 45–46, 53–56). No norte do Egeu, o controle de portos, rotas fluviais, assentamentos e recursos determinava as condições em que atravessavam fronteiras não apenas os bens, mas também os cultos e as relações políticas (Tsiafaki, 2020, p. 409–414, 418–428; Hora, 2019b, p. 151–164). Uma história policêntrica, em última análise, não pressupõe um mundo formado por centros equivalentes; procura, antes, compreender por que determinados lugares se tornaram centrais em certas relações, que formas de poder sustentavam essa centralidade e por que algumas dessas relações nos são muito mais visíveis do que outras. Nesse sentido, uma abordagem policêntrica vai além da simples multiplicação de perspectivas regionais ou do reconhecimento da coexistência de diferentes tradições culturais: interessa-lhe examinar como centralidades distintas se formavam, se sobrepunham e se transformavam no interior de relações assimétricas de poder.

Integrar plenamente os trácios, os macedônios e o norte do Egeu à história grega e mediterrânea altera mais do que a extensão geográfica da narrativa: modifica também as perguntas que podem ser formuladas. Atenas continua indispensável, mas seus textos e instituições passam a integrar um universo histórico mais amplo, em vez de servirem como padrão pelo qual esse universo é avaliado. A autoridade régia podia estender-se sobre diversas comunidades sem eliminar todas as instituições locais; as pólis podiam coexistir com

hierarquias mais abrangentes; indivíduos podiam negociar formas de pertencimento para além das fronteiras políticas. A circulação, do mesmo modo, deixa de aparecer como um “fluxo” impessoal e passa a ser entendida como um processo viabilizado, regulado ou imposto por instituições, cujos efeitos recaíam de maneira desigual sobre os envolvidos. Nenhum tipo de fonte oferece acesso direto a esses processos, pois cada modalidade documental preserva formas distintas de atividade e chega até nós por meio de sua própria história de preservação, recuperação e interpretação.

As contribuições reunidas a seguir abordam esse universo setentrional a partir de diferentes tipos de fonte e não precisam convergir para um único método ou uma única conclusão. Algumas examinam as formas de representação da autoridade; outras, sua organização e a maneira como era vivenciada; outras ainda reconstroem relações que as narrativas políticas escritas deixam apenas parcialmente visíveis. Em conjunto, essas abordagens permitem confrontar categorias herdadas da história grega e mediterrânea com fontes que, com demasiada frequência, foram relegadas a uma posição periférica. Não pretendem, contudo, recuperar uma única e autêntica voz trácia, nem dependem de uma única tradição historiográfica.<sup>7</sup>

Visto do norte, o Mediterrâneo antigo não era nem um mundo unificado nem um espaço sem centros. A centralidade de cada lugar dependia das rotas, das relações e das formas de poder que lhe conferiam importância. Sob essa perspectiva, o norte do Egeu aparece como uma das regiões em que as conexões do mundo grego eram continuamente estabelecidas, disputadas e reconfiguradas, em vez de ocupar simplesmente uma posição periférica.

---

<sup>7</sup> Cabe ainda assinalar um aspecto historiográfico. A produção acadêmica em português e espanhol trouxe contribuições substanciais para muitas das questões discutidas aqui, incorporando ao debate perspectivas relevantes e importantes conjuntos documentais. Isso não significa que essa produção constitua uma escola alternativa coesa, mas sua contribuição merece reconhecimento maior do que sua visibilidade desigual no debate acadêmico internacional costuma permitir.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Alessandra. Demóstenes e a defesa da soberania “políade”. *Romanitas*, Vitória, n. 1, p. 117–134, 2013.

ARCHIBALD, Zosia Halina. *The Odrysian Kingdom of Thrace: Orpheus Unmasked*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

ARCHIBALD, Zosia Halina. Space, Hierarchy, and Community in Archaic and Classical Macedonia, Thessaly, and Thrace. In: BROCK, Roger; HODKINSON, Stephen (ed.). *Alternatives to Athens: Varieties of Political Organization and Community in Ancient Greece*. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 212–233.

BASILE, Gastón Javier. El término bárbaros: un análisis discursivo de los testimonios tempranos. *Argos*, Santa Fe, v. 36, n. 2, p. 113–134, 2013.

BASILE, Gastón Javier. Heródoto, V, 19–21: Alejandro I de Macedonia o el cruce de un límite heredado. *Nova Tellus*, Ciudad de México, v. 32, n. 2, p. 173–206, 2015.

BROCK, Roger; HODKINSON, Stephen (ed.). *Alternatives to Athens: Varieties of Political Organization and Community in Ancient Greece*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

DAMYANOV, Margarit. The Greek Colonists. In: VALEVA, Julia; NANKOV, Emil; GRANINGER, Denver (ed.). *A Companion to Ancient Thrace*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2015. p. 295–307.

DÍAZ ROULIER, Gonzalo Néstor. Consideraciones sobre ξέvoς a partir de Anábasis de Jenofonte. *Synthesis*, La Plata, v. 26, n. 2, e062, 2019.

DONOSO JOHNSON, Paulo. La noción de enemigo natural en la historiografía griega del siglo V a.C. *Byzantion Nea Hellás*, Santiago, n. 37, p. 77–98, 2018.

FELISBINO, Luciane. *Isócrates e a legitimidade do poder de Felipe II da Macedônia no século IV a.C.: basileus bárbaro ou hegemón grego?* 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

FRANCISCO, Gilberto da Silva; MORALES, Fábio Augusto. Desvelando o atenocentrismo. *Revista de Cultura e Extensão USP*, São Paulo, v. 14, supl., p. 67–79, 2016.

GRANINGER, Denver. Ethnicity and Ethne. In: VALEVA, Julia; NANKOV, Emil; GRANINGER, Denver (ed.). *A Companion to Ancient Thrace*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2015. p. 22–32.

GREENWALT, William S. Thracian and Macedonian Kingship. In: VALEVA, Julia; NANKOV, Emil; GRANINGER, Denver (ed.). *A Companion to Ancient Thrace*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2015. p. 337–351.

GUARINELLO, Norberto Luiz. A bacia do Mediterrâneo e a cidade antiga: unidade e diversidade. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 38, p. 4–11, 2022.

GUGGENBERGER, Rainer. Nem bárbaros e nem helenos: os macedônios do séc. IV a.C. como terceira categoria em Plutarco. In: SEBASTIANI, Breno Battistin; RODRIGUES JÚNIOR, Fernando; SILVA, Bárbara da Costa e (org.). *Problemas de historiografia helenística*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 43–80.

HALL, Edith. *Inventing the Barbarian: Greek Self-Definition through Tragedy*. Oxford: Clarendon Press, 1989.

HANSEN, Mogens Herman; NIELSEN, Thomas Heine (ed.). *An Inventory of Archaic and Classical Poleis: An Investigation Conducted by the Copenhagen Polis Centre for the Danish National Research Foundation*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

HARTOG, François. *The Mirror of Herodotus: The Representation of the Other in the Writing of History*. Tradução: Janet Lloyd. Berkeley: University of California Press, 1988.

HERING, Fábio Adriano. O texto de Heródoto e seus desdobramentos modernos: uma questão imperialista (o caso britânico). *Mneme*, Caicó, v. 5, n. 10, p. 176–204, 2004.

HORA, Juliana Figueira da. *A cerâmica de figuras negras tasienses no contexto arqueológico: múltipla Ártemis e o feminino na Tasos arcaica*. 2018. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

HORA, Juliana Figueira da. A cerâmica de figuras negras no Mediterrâneo: Grécia do leste no norte do Egeu – a recepção em Tasos. *Classica*, Belo Horizonte, v. 32, n. 2, p. 11–27, 2019a.

HORA, Juliana Figueira da. Localismo e glocalismo no norte do Egeu: por uma abordagem contextual na Trácia arcaica. *Revista Hêlade*, Niterói, v. 5, n. 3, p. 144–167, 2019b.

HORA, Juliana Figueira da. Greek Thrace and the Archaic Period Thassian peraia: interaction, dialogue, contact and network in Northern Aegean. *História (São Paulo)*, Franca, v. 41, e2022001, 2022.

HORA, Juliana Figueira da. Cerâmica de figuras negras de Tasos em contexto arqueológico: uma proposta metodológica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 40, p. 173–188, 2023.

HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell, 2000.

JÁCOME NETO, Félix. A recusa da interação: um ensaio historiográfico sobre etnocentrismo e racismo na Grécia antiga. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 40, n. 84, p. 21–41, 2020.

MITCHELL, Lynette G. *Greeks Bearing Gifts: The Public Use of Private Relationships in the Greek World, 435–323 BC*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MOERBECK, Guilherme. O século XIX e a invenção de uma cidade grega antiga: revisitando Fustel de Coulanges. *Revista de História*, São Paulo, n. 178, p. 1–34, 2019.

MOERBECK, Guilherme. Da pólis ao Mediterrâneo: alguns caminhos intelectuais para a renovação da história antiga. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 17, e2074, p. 1–24, 2024.

MORAES, Alexandre Santos de; SILVA, Mateus Mello Araujo da. Alexandre I, filho de Amintas: a narrativa herodotiana e a etnicidade macedônia nas guerras greco-persas. *Phoînix*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 29–42, 2016.

MORALES, Fábio Augusto; SILVA, Uiran Gebara da. História antiga e história global: afluentes e confluências. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 40, n. 83, p. 125–150, 2020.

PÒRTULAS, Jaume. Eumolpo el tracio. *Synthesis*, La Plata, v. 3, p. 57–66, 1996.

PORTO, Vagner Carvalheiro; HORA, Juliana Figueira da. Timbres nas ânforas de Tasos: circulação, produção e conexão no Mediterrâneo. *Romanitas*, Vitória, n. 7, p. 170–187, 2016.

RODRIGUES, Guilherme Diogo. *O indivíduo e a individuação na religião grega: uma contribuição epigráfica da pólis de Tasos*. 2025. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

SÁEZ GEOFFROY, Andrés. Geopolítica y hospitalidad: una aproximación a los orígenes de la expedición de los diez mil (404–401). *Byzantion Nea Hellás*, Santiago, n. 32, p. 163–181, 2013.

SANTOS, Lidiane Carolina Carderaro dos. Sons da Trácia! A valorização do músico estrangeiro através da iconografia mitológica. *NEARCO*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 51–72, 2022.

SARAKINSKI, Vojislav. Filipe de Anfaxitide, as cidades da Macedônia antiga e as incertezas sobre o modelo políade. *NEARCO*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 196–217, 2019.

SEARS, Matthew A. Athens. In: VALEVA, Julia; NANKOV, Emil; GRANINGER, Denver (ed.). *A Companion to Ancient Thrace*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2015. p. 308–319.

THEML, Neyde. Temênidas herodotiano: mito e rito de fundação da realeza dos macedônios; o passado presente. *Humanitas*, Coimbra, v. 47, p. 71–80, 1995.

THEML, Neyde. História e arqueologia: a formação da realeza dos macedônios. *Phoînix*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 301–320, 1997.

THOMAS, Rosalind. *Herodotus in Context: Ethnography, Science and the Art of Persuasion*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

TSIAFAKI, Despoina. The Northern Aegean. In: DE ANGELIS, Franco (ed.). *A Companion to Greeks Across the Ancient World*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2020. p. 409–430.

VALEVA, Julia; NANKOV, Emil; GRANINGER, Denver (ed.). *A Companion to Ancient Thrace*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2015.

VLASSOPOULOS, Kostas. *Unthinking the Greek Polis: Ancient Greek History beyond Eurocentrism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

**Pensamentos Trácios é uma obra coletiva que desafia o olhar tradicional sobre a Antiguidade, deslocando o foco de Atenas e da pólis para o norte do Egeu, a Trácia e a Macedônia. Organizado por José Roberto de Paiva Gomes, o livro reúne pesquisas que exploram numismática, arqueologia, mitologia e antropologia histórica, revelando essas regiões não como periferias, mas como espaços ativos de inovação e poder. Os autores discutem moedas como instrumentos de propaganda, práticas religiosas locais, música como marcador identitário e tatuagens como símbolos de alteridade. A obra propõe uma história policêntrica, mostrando “muitas Grécias” em constante interação com o mundo trácio e macedônio.**

**O livro convida o leitor a desaprender as hierarquias tradicionais e a reconhecer a Trácia não como um vazio histórico, mas como um laboratório de interações humanas.**

**“Visto do norte, o Mediterrâneo antigo não era nem um mundo unificado nem um espaço sem centros; a centralidade de cada lugar dependia das rotas, das relações e das formas de poder que lhe conferiam importância.”**

**Buscamos abordar uma visão plural, crítica e profundamente documentada sobre a Antiguidade Clássica e suas fronteiras.**

**FLOS**  
*Projetando Pensamentos*

